

Japão e Coreia do Sul em Disputa: a Importância Sul-coreana no Mercado de Tecnologia e a Origem Colonial das Rivalidades

*Daniely Fernanda de Lima Prado
Juliana da Silva Marques
Otávio Roberto Oliveira Dias Gonçalves¹*

Resumo: Com uma série de mecanismos dificultando o comércio entre si em 2019, Japão e Coreia do Sul têm se destacado nos fóruns multilaterais por representarem países estratégicos no mercado de tecnologia. Nesse sentido, esse artigo propõe uma análise de conjuntura do caso, dividido em três partes: a primeira seção apresenta o que de mais recente tem acontecido entre os dois países, especialmente com a imposição de barreiras por parte do Japão sobre a exportação de matérias-primas importantes para a produção de nanotecnologia para a Coreia do Sul; a segunda seção discute a dominação japonesa e mostra o revanchismo entre os países como uma das possíveis causas; e, por fim a terceira seção analisa como essas barreiras podem impactar de forma significativa o mercado global de tecnologia.

Palavras-chave: Barreiras comerciais. Nanotecnologia. Japão. Coreia do Sul.

¹ Graduandas e graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

1 Introdução

O presente trabalho propõe-se a realizar um balanço das relações comerciais entre Japão e Coreia do Sul na conjuntura atual, a partir de restrições impostas pelo Japão em julho de 2019. Para tanto, este artigo busca explicar as disputas comerciais entre Japão e Coreia do Sul, o histórico de imperialismo e a inserção sul-coreana no comércio internacional, bem como a representatividade das medidas japonesas.

Atualmente, o conflito histórico entre os dois Estados voltou à tona e, embora novos embates tenham surgido, as questões passadas tiveram uma importância considerável no início dos obstáculos nas relações comerciais entre eles, alcançando um novo nível. As relações bilaterais entre eles se deterioraram principalmente após a Suprema Corte da Coreia do Sul ter solicitado que as empresas japonesas compensassem os trabalhadores coreanos pelas violações de direitos internacionais negligenciadas anteriormente.

Para explicar o projeto imperial do Japão na Coreia do Sul, a discussão da terceira seção se inicia a partir da guerra Russo-Japonesa, uma vez que através deste conflito, posteriormente, a Coreia é colonizada e influenciada pelos interesses japoneses. Já o debate sobre a intervenção dos Estados Unidos (EUA) esclarece a estruturação da Coreia após sua independência, dado que nesse contexto de Guerra Fria houve a divisão da Coreia e as transformações políticas, em relação aos dois polos de poder, o capitalista e o comunista.

Além disso, o artigo busca analisar a inserção sul-coreana na estrutura econômico-comercial global enquanto uma potência média e um dos exemplos mais emblemáticos de transformação através da industrialização. Na estrutura atual do mercado de tecnologia, a Coreia do Sul tem um papel central, especialmente no setor de nanotecnologia e de semicondutores e o trabalho tem a intenção de observar em que medida a ação japonesa pode impactar na economia global.

2 As disputas comerciais entre Japão e Coreia do Sul

No início de julho de 2019, o Japão impôs controles consideravelmente mais severos sobre as exportações de alguns materiais para a Coreia do Sul. Isso aconteceu após um embate diplomático que tinha como objetivo restituir os indivíduos que

durante a ocupação japonesa na Coreia, durante a Segunda Guerra Mundial, trabalharam sob regimes forçados. A medida é a mais recente na disputa comercial entre os países e é decorrente de uma rivalidade de décadas. O ministro do Comércio da Coreia do Sul afirmou que o país planejava registrar uma queixa na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os controles rígidos de exportação do Japão, acusando Tóquio de ser “motivada politicamente” e “discriminatória” em relação à sua ligação econômica (DOOLEY; LEE, 2019).

Os dois países asiáticos estão envolvidos em uma crescente competição política e econômica que eclodiu sobre a temática de trabalho forçado durante a Segunda Guerra. O Japão anexou a Coreia ao seu território em 1910. Nos trinta e cinco anos seguintes, o Japão hostilizou os coreanos de diversas maneiras. Um exemplo muito marcante foi o fato de forçá-los a trabalhar em regime análogo à escravidão em empresas japonesas. Além disso, eles também eram escravos sexuais ou “mulheres de conforto”, como eram conhecidas pelos soldados japoneses durante a Segunda Guerra Mundial (REUTERS, 2019).

Após a libertação, os coreanos criticaram fortemente o Japão. O presidente sul-coreano Syngman Rhee disse às autoridades americanas da época que sua população temia mais os japoneses do que os norte-coreanos ou os soviéticos (CUMINGS, 2010). Nesse sentido, as negociações para viabilizar o estabelecimento das relações políticas básicas entre Seul e Tóquio se arrastaram por mais de uma década. No entanto, um presidente subsequente, Park Chung-hee (que teve seu mandato entre os anos de 1961 e 1979), percebeu interesse em seguir em frente. Ele promoveu o desenvolvimento econômico como essencial para a prosperidade e segurança de seu país e viu o Japão como uma fonte importante de capital, assim como um aliado muito oportuno (KISSINGER, 2011, [2]; AL JAZEERA, 2019).

Durante a Guerra do Vietnã, temendo o abandono dos EUA e um ambiente de segurança cada vez pior, Seul e Tóquio contornaram as lutas históricas e expandiram suas relações de cooperação. Quando o ambiente de segurança regional piorou durante a década de 1980, Seul percebeu um Japão mais armado militarmente na região da Ásia. O comportamento japonês também foi responsável por afetar as relações diplomáticas entre eles. Era muito comum, por exemplo, que os coreanos ficassem resignados com os livros japoneses, os quais consideravam hostis, e com

as visitas dos líderes ao polêmico Santuário Yasukuni². Além disso, estes aparatos eram usados com o intuito de amenizar os crimes cometidos e evitar futuras ações semelhantes por parte do Japão. Em outros momentos, Tóquio procurou melhorar a relação bilateral entre os dois Estados, oferecendo gestos como a Declaração de Kono³ – um pedido de desculpas importante em 1993 – e a Declaração Conjunta de 1998 com Seul. Além disso, é importante lembrar que parte da decisão japonesa de não recomençar as negociações de documentos dessa agenda ocorre devido à precaução do país em relação à abertura de precedentes com outros países afetados pelo Japão durante a guerra (LIND, 2019).

Entretanto, a briga histórica entre o Japão e a Coreia do Sul alcançou um novo nível nos últimos anos. Seul retirou-se de um acordo⁴ de compartilhamento de informações e inteligência assinado entre China e Japão, o Acordo para a Segurança Geral de Informação Militar (GSOMIA, na sigla em inglês), o qual levou anos de intermediação norte-americana. Existem vários questionamentos e hipóteses sobre o que de fato estaria por trás dessa disputa, acusando o presidente Trump de negligenciar esses dois aliados dos EUA. Contudo, as relações entre o Japão e a Coreia do Sul passaram por momentos críticos várias vezes ao longo de décadas, mesmo antes de Trump se tornar presidente dos EUA. Outros apontam a história brutal do Japão na Coreia e o manejo do passado por Tóquio como resultado da crise atual na região. O Japão cometeu uma terrível violência contra os coreanos durante o século XX, e as políticas japonesas desde então desencadearam crises bilaterais. No entanto essa história também é incompleta. O ressentimento coreano sobre as questões do passado tem sido constante nesse período. Nesse sentido, podemos

2 A história do santuário remonta ao século XIX e à Guerra Boshin, guerra esta que reestabeleceu o poder imperial no Japão. No fim desta guerra, em 1869, o Imperador Meiji, criou o Santuário Tōkyō Shōkonsha, para honrar todos aqueles que deram a sua vida em favor do Imperador. Após 10 anos e algumas rebeliões suprimidas, em 1879, o Imperador Meiji renomeou o santuário para Yasukuni Jinja, literalmente “O Santuário Pacificando a Nação”. Assim os espíritos desses mortos, que defenderam o Imperador e a Nação, foram acolhidos em Yasukuni. No entanto, após a Segunda Guerra Mundial o Santuário passou a acolher alguns criminosos de guerra. Assim, o espaço passou a ser considerado controverso por grande parte dos países asiáticos como controverso. Em 1979 essa informação foi divulgada, fato que deixou o Imperador Hirohito descontente, resultando na sua recusa em visitar o Santuário até à sua morte, exemplo seguido pelo seu filho ainda hoje (SILVA, 2015).

3 A Declaração de Kono consistem no documento em que o Japão reconheceu pela primeira vez o sistema de escravidão sexual que durante os últimos anos da colonização japonesa na Coreia. Esse período afetou cerca de 200 mil jovens e adolescentes, chamadas eufemisticamente de “mulheres de conforto”. A declaração é um pedido oficial de desculpas por parte do Japão pelos atos cometidos (PERLEZ, 2017).

4 Esse acordo de inteligência foi firmado em novembro de 2016 por meio do apoio e mediação de Washington. Ele surgiu como uma resposta aos lançamentos de mísseis e testes nucleares feitos pela Coreia do Norte, com o intuito de coordenar e apaziguar a situação, obtendo também informações sobre o país vizinho. O pacto era renovado anualmente (LIND, 2019).

perceber que é do interesse do governo sul-coreano suprimir esse ressentimento que variou ao decorrer dos anos (PERLEZ, 2017).

Além disso, a relação comercial do Japão com a Coreia do Norte foi proibida, bem como qualquer vínculo entre os dois países. O painel original da OMC (que teve início durante reunião de 4 de julho de 2016 e teve sua última reunião em outubro de 2019) constatou que o Japão mostrou que as autoridades coreanas haviam agido de forma inconsistente com algumas disposições do Acordo Anti-dumping da Organização Mundial do Comércio. Um dos pontos apresentados pelo país era a respeito da determinação de danos aos produtores domésticos japoneses. Os juízes da Organização, em uma decisão mista proferida em agosto, pediram à Coreia do Sul que adaptasse suas medidas às suas regras internas, para que assim a relação comercial entre os dois países fossem mais equilibradas, no entanto a Coreia rejeitou dois aspectos técnicos do acordo. Além disso, Seul também não forneceu um resumo a público sobre algumas informações comerciais confidenciais para maiores esclarecimentos, o que dificultou ainda mais os processos de negociação entre eles (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2019).

As relações bilaterais se deterioraram entre os dois Estados após a Suprema Corte da Coreia do Sul ter ordenado, no ano passado, que duas empresas japonesas compensassem os trabalhadores da guerra, através de uma decisão que Tóquio afirmou violar o direito internacional. O Japão, por outro lado, acredita que a questão da compensação foi resolvida sob um tratado de 1965⁵, de modo que pretende deixar essa questão no passado. A principal problemática, entretanto, é que após a abertura do painel da OMC, as discussões sobre antigas questões entre as duas nações também voltaram à tona. Consequentemente, algumas autoridades disseram que as empresas sul-coreanas “enfrentam sérios danos” devido às incertezas comerciais⁶ sobre os embarques dos três principais materiais exportados

5 Park Chung Hee foi eleito presidente em 1963, seu governo visava o crescimento econômico e uma “grande revolução humana” que eliminaria todas as práticas corruptas do governo. Ele lançou importantes reformas econômicas e, apesar da grande oposição de estudantes e outros, concluiu um tratado com o Japão em 1965, para reparos de guerra e apoio a industrialização do país. O país também recebeu apoio estrangeiro ao enviar tropas e trabalhadores para auxiliar os Estados Unidos durante a guerra do Vietnã (1959-1975) (BEDESKI, 1994).

6 Principalmente após os anos da década de 70, foi empreendida uma forte industrialização na Coreia do Sul, liderada pelos grandes conglomerados de propriedade familiar, levando a indústria coreana a produzir e exportar, produtos de origem maquinaria elétrica, automóveis, navios, produtos químicos, semicondutores etc., em condições de grande competitividade. A assistência técnica adquirida fundamentalmente do Japão, um país voltado para a aprendizagem e rápida industrialização, também tem contribuído para o processo, por isso o Estado japonês é um parceiro comercial tão importante na economia da Coreia do Sul (CHUNG, 1997).

pelo Japão – poliimididas fluoradas, fotorresistentes e fluoreto de hidrogênio. Esses materiais são utilizados por empresas de tecnologia sul-coreanas, como a Samsung Electronics, tendo como principal parceiro⁷ de exportação destas matérias primas o Estado japonês (ALBERT, 2018).

Em contrapartida, o Japão agora exige que os exportadores busquem permissão sempre que forem enviar algum desses materiais, o que pode levar até 90 dias. Anteriormente, era necessário esperar por apenas algumas semanas. Durante os últimos meses somente três remessas foram aprovadas, fato recorrente desde que Tóquio tomou medidas em 4 de julho deste ano. “A reclamação de Seul não levará o Japão a reduzir suas restrições de exportação mais rígidas nos três itens, mas isso certamente pressionará o Japão a implementar cautelosamente as medidas” (REUTERS, 2019), disse AhnDuk-geun, professor da Universidade Nacional de Seul. Como o primeiro passo da solução de controvérsias na Organização Mundial do Comércio, a Coreia do Sul solicitará consultas com o Japão com o intuito de buscar o fim das restrições à exportação. Se isso não for suficiente para resolver os problemas, a Coreia do Sul solicitará uma decisão da OMC sobre os casos. As negociações podem levar 60 dias ou mais, disse uma autoridade do Ministério do Comércio da Coreia (REUTERS, 2019).

Assim, foi aberto um painel na Organização Mundial do Comércio a respeito desse embate, tendo como intuito analisar as acusações feitas pelas partes e de observar se as medidas tomadas pelo Japão têm os aparatos legais da Organização como basilares nesta questão. As declarações – tanto iniciais quanto finais – do Japão em sua submissão oficial na primeira Reunião do Painel eram de que as medidas antidumping da Coreia, principalmente aquelas adotadas pela Comissão de Comércio da Coreia, violam várias obrigações internacionais de comércio. Dentre elas, obrigações de cunho substantivo e processual previstas no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (“GATT 1994”) e no Acordo sobre a Aplicação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1994 (“Acordo Antidumping”).
No entanto, a resposta obtida foi de que as medidas tomadas pela Coreia são

⁷ Com o fim do período colonial, o país herdou muitos estabelecimentos – indústrias e infraestrutura – que pertenciam aos japoneses. Estes foram primeiramente tomados pelo Escritório Americano de Custódia da Propriedade (American Office of the Property Custodian) e depois distribuídos a algumas famílias coreanas pelo governo Rhee. A transferência destas propriedades proporcionou altos lucros aos que as adquiriram, além de ter sido seguida por muitos outros subsídios creditícios, como licenças para importação de matérias-primas, e proteção de posições monopolísticas, entre outros (BEDESKI, 1994).

compatíveis com as regras estabelecidas pela OMC (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2019).

Em contrapartida, a Coreia considera que as alegações feitas pelo Japão são infundadas, de modo que o acordo Antidumping é baseado, principalmente, no argumento de que não havia concorrência entre os produtos japoneses. Neste sentido, as autoridades responsáveis pelas investigações haviam cometido um erro de análise sobre as importações destinadas ao dumping. Ademais, a Coreia alegou que o Japão não tem uma base factual ou legal sólida em relação às suas reivindicações sendo assim, suas alegações não teriam sido feitas a partir de evidências positivas (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2019).

Nesse sentido, é possível observar que a disputa entre os dois países tem grande importância para ambos, tanto em âmbito diplomático quanto em âmbito político, mas principalmente no setor comercial. Sendo assim, é importante que uma breve revisão histórica das desavenças entre Coreia do Sul e Japão seja feita para, assim, elucidar as questões pertinentes no Sistema Internacional atualmente.

3 Restauração Meiji

Constata-se que a inserção do Japão no cenário industrial foi tardia e impulsionada, em 1854, pelos norte-americanos, através do incidente do “Navio Negro”. Conforme acontecia a exposição do Japão ao Ocidente, era perceptível o atraso relativo aos outros países. Já em 1868, a partir da Restauração Meiji, tem-se o colapso da ordem política feudal, fazendo com que fosse possível para o Japão instaurar um regime modernizador. Deste modo, o Estado exerceu um papel decisivo no desenvolvimento japonês, caracterizando a incorporação autônoma do país no sistema internacional. O envolvimento do Estado em empreendimentos de grande escala não se limitou à implantação de fábricas modelos, tendo também se estendido ao avanço na infra-estrutura (CHANG, 2004).

Percebe-se na década de 1920, o incentivo japonês a racionalização das indústrias-chave, corroborando para a formação de cartéis e promovendo as fusões com o intuito de restringir a “concorrência predatória”, alcançar economias de escala, bem como padronizar e introduzir o gerenciamento científico. Considera-se que a militarização do Japão, na década de 1930, colaborou para o desenvolvimento da

indústria pesada, uma vez que gerou alta na expansão tecnológica e na demanda. Após a segunda Guerra Mundial, verifica-se o crescimento recorde do país, sobretudo até os anos de 1970. Logo, tem-se o entendimento de que o progresso do Japão, e de outros países do Leste Asiático, deveu-se basicamente a ativa política industrial, comercial e tecnológica do Estado (JOHNSON, 1982; MCPHERSON, 1987).

Nota-se que por meio da Revolução Meiji, o Japão passou de um país com status marginal para um país com status de poder regional, principalmente após sua vitória contra a China nas guerras sino-japonesas e contra a Rússia na guerra russo-japonesa. Como resultado, essas reformas inspiraram um novo tipo de patriotismo nas massas da população, provocando o apoio ao imperialismo japonês. Embora, inicialmente, o país tenha buscado reconhecimento e integridade territorial, posteriormente essas características se transformaram em um movimento de influência e dominação direcionada ao continente asiático. Por conseguinte, sendo a Coreia um vizinho vulnerável, o país torna-se alvo do Japão para o aumento de sua preponderância econômica, estratégica e política (MATSUMURA; BENSON, 2001; URAMOTO; MARIUTTI, 2018).

3.1 Colonização da Coreia

Por muito tempo, o Japão estabeleceu seu projeto colonial para a incorporação da península da Coreia em sua sociedade imperial. Essa era colonial se iniciou com a proclamação do *isshidōjin*, que significa igualdade e imparcialidade, ao mesmo tempo em que os oficiais coloniais formularam a visão de uma união harmoniosa entre o Japão e a Coreia. Desde o princípio, a finalidade desse domínio era criar um sistema igual e imparcial para levar a paz duradoura ao leste da Ásia. A concepção de união pan-asiática obteve força no final do século XIX e início do século XX, uma vez que o Japão derrotou tanto a China quanto a Rússia, emergindo como uma potência regional. Esta ideologia pan-asianista, com o objetivo de combater o imperialismo ocidental, camuflava a real intenção colonialista do Japão no Sudeste Asiático e Pacífico (MURPHY-SHIGEMATSU, 1993; SUZUKI, 2003).

Antes da colonização japonesa, a Coreia era parte integrante da civilização sino-confuciana. Apesar deste país ter preservado parte de sua identidade cultural e filosófica, durante o decorrer do início do século XIX foi dominado pelo sistema

chinês, se tornando um Estado tributário. Em contraposição à sua relação com o Japão, o império chinês concedeu que as elites coreanas pudessem desfrutar de certa autonomia, mesmo que fossem obrigadas a pagar impostos. Ao longo da dominação chinesa sobre a Coreia, constatou-se um declínio da indústria local, visto que houve uma baixa demanda de produtos e, conseqüentemente, uma baixa remuneração. A partir disso, a população coreana passou a fortalecer a agricultura, como um meio de cumprir com as obrigações tributárias que tinha com a China (AMSDEN, 1989; VISENTINI, 2012).

Em meio à segunda metade do século XIX, tem-se o enfraquecimento do poder da China sobre a Coreia, perante as pressões das potências ocidentais sobre o império chinês. A influência chinesa dentro do continente coreano somente acaba quando o Japão ascende à posição de potência ao derrotar a China na guerra Sino-Japonesa (1894). No momento em que o Japão entra na disputa pelo poder, a Coreia ainda utilizava bens primários como meio de troca; nesta lógica, o Japão introduz sua moeda no mercado coreano. Como consequência, há uma aproximação da Coreia com o império Russo, visto que esse país tinha receio de que acontecesse a anexação ao Japão (VISENTINI, 2012).

Neste contexto, a guerra entre Japão e Rússia (guerra russo-japonesa), entre 1904 e 1905, objetivava a expansão de ambos os países pela conquista da Manchúria e da Coreia. O desfecho deste conflito ocorreu a partir da assinatura do Tratado de Portsmouth. Pelos termos desse tratado, os russos deveriam se retirar de Port Arthur e de Liaodong, reconhecendo os interesses dos japoneses nas ilhas Sacalina e na Coreia, que seriam anexadas ao Japão em 1910. Entre 1910 e 1920 – a primeira década do período de colonização – a produção da Coreia foi completamente orientada pelo Japão ao setor de agricultura e foi instaurado um sistema tributário sobre a posse das terras, por meio da reforma agrária. Por intermédio do imperialismo japonês, a Coreia foi introduzida como produtora de excedentes primários direcionados para a exportação, reforçando sua característica de economia agrícola (AMSDEN, 1989; CANUTO, 1991; FREIRE, 2004; MIMURA, 2011).

Na década de 1930, se inicia um processo de investimento na indústria pesada coreana, tendo como propósito a preparação para a Segunda Guerra Mundial. Já no início da década de 1940, a produção industrial se iguala à produção agrícola

em questão de valores. A indústria leve e pesada se expandiram em ritmo notável, evidenciando a implementação de usinas têxteis, complexos químicos e instalações de fibra sintética. Ao longo do período final da colonização (1940-1945), a Coreia havia acumulado larga experiência no setor manufatureiro e a elite havia se tornado experiente na burocracia estatal, tornando-se capaz de gerir projetos econômicos. Em síntese, no ano de colonização criou-se uma moderna infraestrutura tanto no setor financeiro quanto nos de transporte e comércio (AMSDEN, 2004; VISENTINI, 2012).

4 A inserção sul-coreana no comércio internacional e o sistema de subcontratação japonês

A inserção da Coreia do Sul no sistema econômico-comercial global é expressiva e sua economia é um dos exemplos mais emblemáticos de transformação através da industrialização. Durante o século XX, o país se encontrava numa situação de pobreza e se transformou em uma das maiores potências industriais, com sólidas políticas fiscais e monetárias somadas a um elevado nível de investimento em capital físico e humano (OECD, 2019). Nesse sentido, é possível observar essa transformação através do PIB, por exemplo, que saiu de pouco menos de 4 bilhões de dólares em 1960 para mais de 1,5 trilhão em 2017 (WORLD BANK, 2019).

A origem das políticas comerciais que levaram a essa transformação na economia sul-coreana pode ser traçada aos anos 1960, quando, após ser declarada livre do Japão e passar por uma guerra, a península coreana foi dividida em duas, com o norte sob domínio comunista e o sul sob domínio capitalista. Em 1961, o então presidente e general Park decidiu agir na busca de uma revitalização da economia sul-coreana com um estreitamento de laços com o Japão (embora houvesse um revanchismo de guerra entre os sul-coreanos e os japoneses) e com os Estados Unidos da América. Ainda que as negociações com o Japão foram mantidas em segredo em um primeiro momento, um vazamento de documentos as expuseram para a população sul-coreana, que ficou extremamente insatisfeita; tendo a normalização das negociações entre Japão e Coreia ocorrida através da intervenção estadunidense, que possuía interesses geoestratégicos e comerciais no estreitamento de laços entre os atores (CHA, 1996).

A partir da formação de acordos de investimento em tecnologia e facilitação de exportações sob a égide da Aliança de Segurança de 1953, os Estados Unidos passaram a investir em planos de desenvolvimento quinquenais na Coreia e, com o fracasso do primeiro, era muito importante que as relações com o Japão se tornassem estáveis. O acordo que definiu a relação de parceria entre Japão e Coreia do Sul foi assinado em 1965. Com a transferência de tecnologia, a indústria de exportação sul-coreana acabou se tornando muito beneficiada, com um forte protecionismo em consonância com a estratégia norte-americana de Guerra Fria. Esse modelo permitiu que o país integrasse agressivamente o comércio internacional, mas, ao mesmo tempo, se tornasse um país dependente dele (KOO, 2011).

Com o advento do governo civil em 1987, os grupos societários ligados às chaebols adquiriram mais força e passaram a ter importância na tomada de decisão na Coreia do Sul em acordos internacionais de comércio. Posteriormente, com a eclosão da crise financeira asiática entre 1997 e 1998, havia muita pressão sobre o paradigma tradicional de política econômica da Coreia do Sul, já que se tornava visível que o crescimento do PIB começava a se limitar. O país começou a abandonar o protecionismo ligado ao período de guerra fria com as reformas liberais implantadas pelo Presidente Kim Dae-Jung (que governou de 1998 até 2003), baseadas no programa de austeridade do Fundo Monetário Internacional (FMI). A nova estratégia ainda se baseava na proteção de setores comerciais não competitivos, mas buscava a criação de acordos preferenciais através de estratégias multilaterais, especialmente visando alcançar o mercado norte-americano. Portanto, é possível observar a construção histórica da política comercial da Coreia do Sul, voltada para a exportação, que atualmente representa um terço do PIB do país, com incentivos governamentais e protecionismo em áreas estratégicas e culturais e, como a adição mais recente, uma adequação aos padrões de livre-mercado, especialmente como definidos pelo FMI e OCDE, grupo do qual o país é membro (SOHN, 2011; TRADING ECONOMICS, 2019).

Embora a Coreia do Sul represente um caso de ascensão e transformação pela industrialização, é importante compreender que, por muito tempo, o país coreano teve a sua economia subordinada ao sistema de subcontratação japonês. A elaboração de novos núcleos de acumulação de capital no Leste Asiático ocorreu

sob uma alteração consideravelmente dinâmica do capitalismo global. Desse modo, implicou de forma semelhante alteração no eixo da economia mundial, que paulatinamente migrou do centro do Atlântico Norte para a Ásia. Essa alteração diz respeito ao agrupamento entre Estados que ocupam as posições mais altas na hierarquia global de riqueza, determinando assim, os rumos para acumulação de capital para os demais países (ARRIGHI, 1997). Além disso, o processo de desenvolvimento no continente asiático foi consideravelmente desigual entre os Estados e não representou necessariamente uma diminuição efetiva do abismo econômico que existia entre os países da região e suas economias principais. No entanto, é o início de uma alteração nos fluxos econômicos globais que tornaram possível a afirmação japonesa e, posterior a isso, o crescimento chinês (CUMINGS, 2004).

O processo de ascensão asiática em grande parte foi caracterizado pela vinculação entre os diversos processos internos e nacionais de desenvolvimento econômico. Desse modo, o Japão desempenhou desde sua atuação colonial uma força centrípeta na região. Devido às suas limitações geográficas, que impulsionaram o país adotar uma postura expansionista, e pelo papel geoestratégico que tinha na relação com os EUA durante a Guerra Fria, Tóquio passou a assumir um papel de “vertebrador” das relações regionais. Essa atuação japonesa nos anos de 1960 foi baseada no sistema de subcontratação. Para Arrighi (1997),

Esse sistema é o sistema de subcontratação de múltiplas camadas que teve origem no Japão e se expandiu prodigiosamente, desde o final da década de 1970, até abranger um número e variedade crescentes de localidades do leste e sudeste da Ásia. As empresas capitalistas japonesas não são as únicas empresas do núcleo orgânico que recorreram à subcontratação, nem a expansão do sistema de subcontratação, centrado no Japão nas décadas de 70 e 80, se limitou ao leste e sudeste da Ásia. Entretanto, o sistema de subcontratação centrado no Japão tem características que o diferenciam claramente das práticas de subcontratação das empresas capitalistas de outras nações; uma dessas características é exatamente a pesada concentração de expansão japonesa no leste e sudeste da Ásia (ARRIGHI, 1997, p. 66).

Para a região da Ásia, a descolonização da base industrial foi decisiva para o fortalecimento do processo de subcontratação japonesa, principalmente no que diz respeito à transferência de tecnologia, ponto responsável por caracterizar esse processo e que indicava a formação de uma rede informal de divisão de trabalho na região asiática. A principal característica da rede de subcontratação são os aspectos

geopolíticos ligados à regionalização desse processo. Somado a isso também está o nível de estratificação das camadas nos processos de subcontratação, que em contraposição às empresas ocidentais, por exemplo, atuam de maneira muito mais coordenada (ARRIGHI, 1997).

O sistema de subcontratação teve como finalidade colaborar para que o Japão saísse da crise de acumulação de capital (nas décadas de 70 e 80) sem danos significativos. Desse modo, o país assinou juntamente com empresas de pequeno, médio e grande porte acordos de cooperação. Um dos pontos de grande destaque desse período, no entanto, foi a expansão transfronteiriça do Japão para o Leste Asiático. A mão de obra barata combinada à flexibilização de leis trabalhistas tornou possível que tanto o Estado japonês, quanto os demais países envolvidos nesses acordos, se desenvolvessem e recuperassem da crise rapidamente; permitindo que o Japão e os demais Estados envolvidos crescessem rapidamente, levando ao surgimento dos Tigres Asiáticos (HSIEH, 1998). Sendo assim, a partir do que foi exposto, se faz necessário entender como o atual cenário de disputa entre o Japão e a Coreia reflete uma mudança no cenário global, especialmente com o Fim da Guerra Fria e com a ascensão chinesa.

5 Rivalidade Estratégica entre Coreia do Sul e Japão

Atualmente, a Coreia do Sul é um dos atores mais relevantes do comércio internacional, possuindo a décima primeira maior economia do mundo. O país é extremamente atuante no contexto regional apresentando propostas de integração significativas, assim como China e Japão. Um dos exemplos mais emblemáticos é o da Comunidade da Ásia Oriental, promovida pela primeira vez por um grupo de estudos estabelecido pelo então presidente sul-coreano Kim Dae Jung em 1998. Vale ressaltar que China e Japão tiveram um papel importante, inicialmente apoiando esse projeto de integração. Nesse sentido, a Coreia tem sido a potência mais dinâmica do norte asiático em termos de diplomacia comercial, com mais de um terço de todo o seu comércio internacional com cobertura por acordos de livre comércio e de parceria econômica, representando mais do que o dobro do Japão e ainda mais do que a China. Ainda que isso possa representar limitações na

medida em que adiciona exigências político-burocráticas, também é uma evidência da relevância do país na região (GREEN, 2017).

Ainda que exista alguma divergência sobre os resultados de algumas cúpulas organizadas pela Coreia do Sul, o ativismo do país na agenda multilateral e regional tem sido importante no provimento de segurança e bens públicos para a comunidade internacional. Um exemplo, nesse sentido, seria a participação do país na Iniciativa Chang Mai, que busca estabelecer um fundo emergencial de estabilização com um total de 250 bilhões de dólares. Além de ser um dos maiores contribuintes (juntamente com China e Japão), a Coreia do Sul também tem um papel fundamental nas disputas entre os membros. Em 2011 o governo sul-coreano propôs em Seul a criação de um Secretariado Trilateral para o fundo. Sob a liderança coreana, a agenda internacional de política financeira, segurança nuclear, desenvolvimento e democracia tem avançado, mesmo que existam muitos desafios geoestratégicos no nordeste asiático (GREEN, 2017).

Nesse sentido, as restrições de exportação impostas pelo governo japonês à Coreia são alarmantes, na medida em que a estabilidade e eficiência resultantes das dinâmicas comerciais entre os dois países também têm impacto para a economia global. Um dos maiores exemplos é o do controle do Japão sobre as exportações de gases condicionantes, produtos químicos essenciais na produção de semicondutores, centrais para a indústria de microchips e tecnologia no mundo todo, e que tem como grande exportador a Coreia do Sul – que atualmente importa mais de 90% dos gases condicionantes do Japão. Apesar de existirem outros produtores de gases condicionantes, atualmente o Japão é responsável pela produção de mais de 85% desse produto e, por isso, há uma relação de dependência nesse setor (LEE, 2019).

A participação global sul-coreana no mercado de semicondutores é de 70% e apenas em 2018 o país exportou mais de 120 bilhões de dólares nesse setor para países como Estados Unidos, China, Taiwan, Hong Kong, Vietnã, Filipinas e Índia. A indústria de semicondutores é crucial para a cadeia global de produção e suprimento, com impacto na fabricação de eletrônicos, produtos elétricos, máquinas, automóveis, etc. Sendo assim, as medidas recentes de controle de exportação por parte do Japão têm o potencial de afetar diretamente a economia global. De acordo com o governo japonês, as medidas são motivadas por violações e mal-uso dos

componentes por parte da Coreia do Sul, que estaria os utilizando por motivos securitários, como a criação de armas químicas. Contudo, o governo sul-coreano negou tais alegações e afirmou que a medida japonesa tem caráter retaliatório sobre o seu pedido de compensação em relação aos danos causados por Tóquio durante a Segunda Guerra Mundial (GLOSSERMAN, 2019).

No período que compreende o fim da Guerra Fria, percebe-se que o desenvolvimento da economia mundial forçou o Japão a se voltar para a Ásia, uma vez que, em um primeiro momento, o yen estava supervalorizado e com maior possibilidade de investimento. Em relação à China, as mudanças estruturais do sistema internacional também colaboraram para uma estratégia regional, fazendo com que os países asiáticos passassem a competir pelos mesmos mercados. Neste cenário, tem-se a reestruturação da China e o ressurgimento do sistema sinocêntrico mais bem desenvolvido, tornando o país o maior exportador de bens final manufaturados da Ásia. Logo, surge uma rede de produção sinocêntrica, dado que seus vizinhos se especializaram em exportar bens de capital. Deste modo, além do crescimento da dependência econômica dos países vizinhos, a China também se tornou ativa na provisão de investimentos e empréstimos (BOWER, 2010; HU, 1995; LUM *et al.*, 2009; XINTIAN, 1994).

A partir do aprofundamento da dependência desses países asiáticos, sendo eles ricos ou pobres, a China passa a ganhar mais influência nos países vizinhos, fazendo com que houvesse a possibilidade de utilizar como arma diplomática o corte de laços econômicos. Com base no recuo, tanto dos Estados Unidos quanto da Rússia, o complexo de segurança da Ásia retomou sua autonomia relativa, fazendo com que houvesse uma alteração nos padrões das alianças regionais e a possível restauração de antigas rivalidades. Apesar disto, a definição de interesses em comum e a valorização da dimensão econômica estabelece um fator de agregação regional. O fim da Guerra Fria, então, possibilitou a cooperação entre os estados asiáticos, mesmo que tenha sido um período de difícil, porém estratégica, relação entre Pequim, Tóquio e Seul (GASPAR, 1995; HUNG, 2018; PEREIRA, 2013).

Apesar de a ascensão chinesa ter representado uma possibilidade de maior autonomia para a região, também se tornou uma fonte de tensão nas relações entre o Japão e a Coreia do Sul. Os dois países que desde o fim dos anos 1980

tem passado a competir cada vez mais pelos mesmos mercados consumidores na Ásia, encontraram na China ainda mais competição. A dinamicidade da economia chinesa não só passou a diminuir a capacidade de inserção de Tóquio e Seul, como também tem sido um objeto de disputa em si. O Japão é atualmente o terceiro maior parceiro comercial da China e a Coreia do Sul o quarto (ULRICH, 2019). No fim de 2019, Pequim, Tóquio e Seul declararam a sua intenção em avançar nas negociações trilaterais na criação de um acordo de comércio que eliminaria 92% das tarifas existentes entre eles. O sucesso desse projeto possibilitaria que China e Seul integrassem o Acordo Comercial da Parceria Transpacífica (TPP) que envolve os onze países do eixo Ásia-Pacífico com a exceção dos Estados Unidos. Contudo, o cenário político entre os três países está abalado, tanto pela disputa entre China e Japão pelas ilhas Senkakus no mar da China, pela insatisfação de Pequim com a instalação de um novo sistema de mísseis na Coreia do Sul e pela disputa entre Tóquio e Seul sobre os gases condicionantes (HUANG, 2020).

A partir destes apontamentos é possível argumentar que a postura japonesa reflete uma violação de princípios da Organização Mundial do Comércio, representando uma ameaça ao sistema de comércio multilateral baseado na institucionalização e nas regras. Ainda que o Japão alegue que suas medidas são compatíveis com a conformação da OMC, segundo Lee (2019), as ações recentes representam uma violação ao Artigo 11 do GATT, que proíbe restrições à exportação contra outros membros da OMC, e ao Artigo primeiro, que define a condição de Nação Mais Favorecida. Quando confrontado, o governo japonês mudou repetidamente sua posição a respeito das principais razões por trás de suas novas medidas de controle das exportações para a Coreia, acrescentando peso à análise de vários especialistas e meios de comunicação de que essas ações são de fato politicamente motivadas contra uma decisão proferida pelo Supremo Tribunal da Coreia no ano passado que definia que as empresas japonesas que forçaram o trabalho coreano durante o período de ocupação deveriam compensar as vítimas (LEE, 2019).

6 Considerações Finais

Este artigo propôs, como objetivo geral, analisar as imposições comerciais feitas pelo Japão à Coreia do Sul e constatar como esta questão é decorrente de uma rivalidade de décadas. Para este fim, primeiramente foram apresentadas as

divergências entre esses países, ocorridas em julho de 2019, quando o Japão impôs restrições sobre as exportações de alguns materiais para a Coreia do Sul. Sendo assim, para entender o cerne desta disputa, foi necessário elaborar uma reconstrução histórica dos acontecimentos do final do século XIX e início do século XX.

Por conseguinte, na reconstrução histórica conclui-se que a industrialização do Japão, a partir da Restauração Meiji, teve como resultado a constituição de um Estado imperialista, que posteriormente atuou para dominar e adquirir influência no continente asiático. Partindo da colonização da Coreia, percebe-se que a produção do país foi orientada pelo Japão ao setor de agricultura, sendo esse país introduzido na economia internacional como produtora de excedentes primários direcionados à exportação. Já na década de 1940, este cenário se modifica, uma vez que a produção industrial coreana se iguala à produção agrícola. Logo, nos anos de colonização constata-se que foi desenvolvida uma moderna infraestrutura tanto no setor financeiro quanto no de transporte e comércio na Coreia.

Outro ponto de grande importância que foi identificado através do presente trabalho diz respeito à subcontratação do trabalho por parte do Japão. Ainda que a Coreia do Sul fosse um caso de representativa ascensão por meio da industrialização, é importante compreender que isso só foi possível por ter sido um país que teve sua economia subordinada pelo Estado japonês por muitos anos. Embora isso tenha rendido alguns benefícios aos sul coreanos, foi um processo que demandou esforços para que transformações significativas acontecessem. Por outro lado, o sistema de subcontratação foi o responsável por permitir que o Japão saísse ileso da crise de acumulação de capital durante as décadas de 70 e 80. Assim, diversos acordos de cooperação foram assinados com entre as pequenas, médias e grandes empresas, mas o que mais se destacou durante esse período foi a expansão transfronteiriça do sistema japonês para o Leste Asiático. A mão de obra barata e a flexibilização trabalhista permitiu que o Japão e os demais Estados envolvidos crescessem rapidamente, levando ao surgimento dos Tigres Asiáticos.

Assim, a reconstrução histórica parte da observação da guerra Russo-Japonesa, uma vez que é a partir desse evento que posteriormente a Coreia é dominada pelo Japão. A partir dessa dominação, a produção da Coreia foi orientada pelo Japão ao setor de agricultura, sendo esse país introduzido na economia internacional como produtora de excedentes primários direcionados à exportação. Já na década de 1940, este cenário se modifica, uma vez que a produção industrial coreana se iguala à produção agrícola. Logo, nos anos de colonização constata-se que foi

desenvolvida uma moderna infraestrutura tanto no setor financeiro quanto no de transporte e comércio na Coreia.

Fica claro por meio deste artigo, que a inserção da Coreia do Sul no sistema econômico global é expressiva, estando ela relacionada às transformações inerentes à industrialização. Essas transformações só puderam ser traçadas após a independência da Coreia e sua posterior divisão em Coreia do Sul e Coreia do Norte. Logo, é possível notar que as restrições impostas pelo governo japonês à Coreia trazem severos impactos para a dinâmica econômica global e envolvem o contexto histórico de dominação japonesa.

Nesse sentido, baseado nas informações apresentadas é possível observar que a disputa comercial entre Japão e Coreia do Sul é relativamente remota, baseada no desenvolvimento japonês e em seu período imperial. Esses fatores históricos dificilmente serão superados, se tornando em vários momentos motivação suficiente para interromper os momentos pacíficos entre esses países. Consequentemente, não é raro que essas divergências afetem as questões econômicas, um ponto sensível para os parceiros comerciais. Logo, fazendo com que haja uma competição estratégica entre eles, de modo que ainda que esses países encontrem barreiras em suas atuações conjuntas e acordos econômicos, não sendo raro que a interação entre eles passem por momentos de oscilação.

Japan and South Korea in dispute: South Korean importance in the technology market and the colonial origin of rivalries

Abstract: With a series of mechanisms making trade difficult for each other in 2019, Japan and South Korea have stood out in the multilateral forums for representing strategic countries in the technology market. In this sense, this article proposes an analysis of the conjuncture of the case, divided into three parts: the first section presents the latest developments between the two countries, especially with the imposition of barriers by Japan on the export of important raw materials for nanotechnology production to South Korea; the second section discusses Japanese domination and shows revanchism among these two countries as one possible cause; and finally, the third section looks at how these barriers can significantly impact the global technology Market.

Keywords: Trade barriers. Nanotechnology. Japan. South Korea.

Referências

- AL JAZEERA. *South Korea will lodge WTO complaint over Japan's export curbs*. 23 set. 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/ajimpact/south-korea-lodge-wto-complaint-japan-export-curbs-190911012142836.html>. Acesso em: 24 set. 2019.
- ALBERT, Eleanor. *Understanding the China-North Korea Relationship*. Council on Foreign Relations, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/china-north-korea-relationship>. Acesso em: 22 set. 2019.
- AMSDEN, Alice. *Asia's Next Giant*. New York: Oxford University Press, 1989.
- AMSDEN, Alice. *The rise of "therest": Challenges to the West from late-industrializing economies*. New York: Oxford University Press, 2004.
- ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
- BEDESKI, Robert E.. *The Transformation of South Korea*. London: Routledge, 1994.
- BOWER, Ernest. *China's activities in Southeast Asia and implications for US interest*. Washington: Center for Strategic and International Studies, 2010.
- CANUTO, Otaviano. *Processo de Industrialização Tardia*. Tese de doutorado – Unicamp, Campinas, 1991.
- CHA, V. D. Bridging the gap: The strategic context of the 1965 Korea-Japan normalization treaty. *Korean Studies*, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 123-160, 1996.
- CHUNG, Kae H.; LEE, Hak Chong; JUNG, Ku Hyun. *Korean Management – Global Strategy and Cultural Transformation*. New York: Walter de Gruyter, 1997.
- CUMINGS, Bruce. *North Korea: Another Country*. New York: The New Press, 2004.
- CUMINGS, Bruce. *The Korean War: a history*. New York: Modern Library, 2010.
- DOOLEY, Ben; LEE, Su-Hyun. Japan and South Korea Feud, but Breaking Up Is Hard. *The New York Times*. New York, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/28/business/japan-south-korea-trade.html>. Acesso em: 23 set. 2019.

FREIRE, José Miguel. Há Cem Anos a Guerra Russo Japonesa. Consequências Diplomáticas. Equilíbrio Internacional e Europeu. *Revista Militar*, n. 2427, 2004.

GASPAR, Carlos. A emergência da Ásia Oriental. *Política Internacional*, v. 1, n. 10, 1994-1995.

GLOSSERMAN, Brad. South Korea–Japan relations. In: DIAN, M.; FIORI, A.; MILANI, M. (org.). *The Korean Paradox*, London: Routledge, 24 maio 2019, p.122-136.

GREEN, Michael J.. Korean Middle Power Diplomacy and Asia's Emerging Multilateral Architecture. In: CHA, Victor D.; DUMOND, Marie. *The Korean Pivot: The Study of South Korea as a Global Power*. [S.l.]: Csis, 2017. p. 17-34.

HSIEH, C. T. *What explains the industrial revolution in east Asia? Evidence from factor Markets*. [S. l.]: University of California at Berkeley, 1998. (Documento de Trabalho)

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HU, Weixing. China's security agenda after the cold war. *The Pacific Review*, 8 (1): 117-135, 1995.

HUNG, Ho-fung. A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n. 1, p. 1-26, 2018.

HWANG, Balbina. South Korea in the G20: A Middle Power Role. In: CHA, Victor D.; DUMOND, Marie. *The Korean Pivot: The Study of South Korea as a Global Power*. [S.l.]: Csis, 2017. p. 68-76.

JORDAN, David. *História da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Mr.Books, 2012.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. [1]

KISSINGER, Henry. *On China*. Nova York: Penguin Books, 2011. [2]

KOO, Min Gyo. Embracing free trade agreements, Korean style: From developmental mercantilism to developmental liberalism. *Korean Journal Of Policy Studies*, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 101-123, 2010.

LEE, Jae Young. Japan's Export Curbs on Korea: an Unjustifiable Threat to the Global Trading Order Lee. *Korea Institute For International Economic Policy*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 1-3, ago. 2019.

LIND, J. The Japan-South Korea dispute isn't just about the past. *The Washington Post*. Washington, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2019/08/30/japan-south-korea-dispute-isnt-just-about-past/>. Acesso em: 23 set. 2019.

LONE, Stewart; TOWLE, Philip. *The Japanese Military during the Russo-Japanese War, 1904-05: A Reconsideration of Command Politics and Public Images*. London: London School of Economics and Political Science, 1998.

LUM, Thomas; FISCHER, Hannah; GOMEZ-GRANGER, Julissa; LELAND, Anne. *China's foreign aid activities in Africa, Latin America, and Southeast Asia*. Congressional Research Service Report for Congress, 25 Feb. 2009. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/row/R40361.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MACEDO, Emiliano Unzer. *História do Japão: uma introdução*. San Bernadino, Califórnia, EUA: AmazonIndependent, p. 145-156, 2017.

MIMURA, Janis. *Planning for Empire: Reform Bureaucrats and the Japanese War time State*. Ithaca, Nova Iorque, EUA: Cornell Univ. Press, p. 58, 2011.

OECD. *Global Value Chains*. 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/sti/ind/global-value-chains.htm>. Acesso em: 11 nov. 2019.

PEREIRA, Joana Yemi. A Ásia Oriental no pós-Guerra Fria: entre a rivalidade e a cooperação. *Observatório Político*, Working Paper, 2013. Disponível em: www.observatoriopolitico.pt. Acesso em: 27 dez. 2019.

PERLEZ, Jane. 2017. North Korea Nuclear Test Puts Pressure on China and Undercuts Xi. *The New York Times*. New York: 03 set. 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/09/03/world/asia/north-korea-nuclear-test-china-xi-jinping.html>. Acesso em: 22 ago. 2019.

REUTERS. *WTO High Court Backs Japan in Case Against South Korea*. Geneva, 10 set. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-japan-trade-southkorea-wto/wto-top-court-backs-japan-in-case-against-south-korea-duties-idUSKCN1VV1Z6>. Acesso em: 24 set. 2019.

SILVA, Samuel Veiga. *O Santuário Ysakuni*. Associação de Amizade Portugal-Japão, 2015. Disponível em: <https://aapj.pt/wp-content/uploads/2015/11/O-Santu%C3%A1rio-Yasukuni.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2020.

SOHN, Y. Securitizing Trade: The case of the Korea-U.S. free trade agreement. *International Relations Of The Asia-pacific*, [s.l.], v. 11, n. 3, p. 433-460, 2011.

SUZUKI, Kazuko. *The State and Racialization: The Case of Koreans in Japan*. San Diego: University of California, 2003.

TRADING ECONOMICS. *South Korea: Economic Indicators*. 2019. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/south-korea/indicators>. Acesso em: 23 maio 2019.

VISENTINI, Paulo. *As Relações diplomáticas da Ásia: Articulações regionais e afirmação mundial*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.

WORLD BANK. *Republic of Korea*. 2019. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/korea-rep>. Acesso em: 24 maio 2019.

WORLD TRADE ORGANIZATION. 2019. *Korea - Anti-Dumping Duties on Pneumatic Valves from Japan*. 30 set. 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds504_e.htm#bkmk504abr. Acesso em: 15 ago. 2019.

XINTIAN, Yu. Japan's role and responsibility in East Asia. *The Korean Journal of International Studies*, XXV (1): 48-49, 1994.